

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 15 A 21 DE SETEMBRO DE 1981
Nº 162 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

CEDI

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES

Paulo Cezar Loureiro Botas

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Ricardo

Letícia Cotrim

Zwinglio Mota Dias

Carlos Rodrigues Brandão

Jether Pereira Ramalho

Eliseu Lopes

Henrique Pereira Junior

Carlos Mesters

Beatriz Araújo Martins

EDITOR DO ACONTECEU

José Ricardo Ramalho

COLABORADOR NA SEÇÃO ÍNDIOS

Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 300,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 1.200,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082

22221 - Rio de Janeiro - RJ

TRABALHADORES URBANOS

ROSSI PEDE MAIS DO QUE SINDICATO FORTE NO PAÍS

"Ter um sindicato forte só não basta. É preciso algo mais que isso. É necessário abrir espaço político para que cada trabalhador possa realizar-se." Foi o que disse ontem à noite o sindicalista Valdemar Rossi, durante o debate realizado no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, sobre o relacionamento entre o movimento sindical e o Estado, aproveitando a experiência polonesa. Segundo Rossi, na Polônia, pelas informações de que dispõe, existe uma consciência muito grande, entre a classe operária, de que o homem é o objetivo principal: "Acima de qualquer outro interesse, como, por exemplo, melhorar o seu padrão de vida, há preocupação constante em se valorizar o homem. E essa, a meu ver, é a grande diferença que existe entre o movimento trabalhista brasileiro e o polonês." Na Polônia - acrescentou - o movimento é solidário e através dele cada um procura abrir espaço político para o outro, de modo a que o homem seja efetivamente valorizado por meio de uma participação mais ativa na transformação da sociedade. (FSP - 17/9/81)

OPERÁRIOS NA BA FAZEM GREVE POR READMISSÃO

Em protesto contra a demissão em massa de 87 colegas, mais de 600 operários da Nitrocarbano S.A., empresa do pólo petroquímico de Camaçari, decidiram entrar em greve ontem à tarde por tempo indeterminado, até que seja encontrada uma solução para o problema. Depois de mais de 12 horas de negociação entre representantes dos empregados e da diretoria da empresa, o máximo que se conseguiu foi um salário a mais para os demitidos, equivalente a um aviso prévio adicional. Insatisfeitos com o resultado das negociações, os operários não demitidos resolveram promover uma greve geral. (JB - 17/9/81)

APOSENTADOS FAZEM ATO PÚBLICO NO RIO

Cerca de 600 aposentados, políticos do PDT, PTB, PT e PMDB e 21 oradores participaram ontem no Rio, de um ato público contra o "pacote" da Previdência Social. O ato foi realizado na Cinelândia, entre 17 e 19 horas, e não teve a presença de nenhum político do PP ou do PDS. (FSP - 15/9/81)

PROFESSORES FAZEM GREVE NO PARANÁ E RECEBEM A ADESAO DE SECUNDARISTAS

Os professores da rede estadual do Paraná entraram em greve ontem, com uma pauta de 22 reivindicações e acompanhados pela paralisação de estudantes secundaristas. Segundo a Associação dos Professores do Paraná, a greve se estenderá, no mínimo por 20 dias, e deve atingir 90% dos 53 mil professores que atendem a 1 milhão 600 mil alunos de 1ª e 2ª graus. (JB - 15/9/81)

SINDICATOS CONDENAM PROJETOS

Os sindicatos médicos de todo o país condenaram a maneira como o Governo vem agindo em relação à crise da Previdência. Afirmaram que inúmeros projetos de saúde alternativos foram elaborados nos últimos anos, mas não são executados, nem tanto pela falta de recursos, mas sobretudo por se conflitarem com os interesses dos empresários da saúde do país. Os

médicos observam, no comunicado, que nas últimas décadas, a exemplo do que já ocorre em toda a área social, tem-se dado prioridade ao lucro, em detrimento da saúde. Destacam, ainda, que a política de saúde tem privilegiado os grandes monopólios da indústria farmacêutica, de equipamentos e de prestação de serviços, deixando à margem grande parte da população e dos profissionais de saúde. (JB - 17/9/81)

INICIADA GREVE NA FUSAM, EM OSASCO (SP)

Mesmo com o prefeito de Osasco dizendo que o pagamento dos salários atrasados de 200 médicos e 50 dentistas da Fundação de Saúde Municipal de Osasco (Fusam) deverá ser feito, médicos e dentistas deverão permanecer em greve, iniciada ontem, reivindicando o pagamento e melhores condições de trabalho, até a realização de nova assembleia, marcada para terça-feira, às 20 horas, na sede da APM (Associação Paulista de Medicina), quando deverão discutir a continuidade do movimento. A pauta de reivindicações dos médicos e dentistas inclui o pagamento dos salários atrasados correspondentes aos meses de julho e agosto, acrescidos de uma diferença relativa ao salário de maio, que foi pago sem a aplicação do índice de reajuste do INPC, a que tinham direito; melhoria no atendimento à população; estabilidade por um ano; pagamento dos dias parados; fornecimento de refeições; destinação de 10% do orçamento municipal ao setor de saúde e limitação do número de consultas diárias a 12 para os médicos e nove para os dentistas (atualmente, esse limite é de 20). (FSP - 19/9/81)

MÉDICO RESIDENTE PARALISA SANTA CASA EM BELO HORIZONTE

Os 194 médicos residentes das 27 clínicas da Santa Casa de Misericórdia - o maior hospital mineiro, com 1 mil 380 leitos - entraram em greve ontem às 7h, por tempo indeterminado. Reivindicaram o enquadramento na lei que regulamentou a profissão, o que lhes daria salário de Cr\$ 34 mil 119 por 60 horas semanais de trabalho, além de direito à alimentação, férias de 30 dias. (JB - 18/9/81)

TRABALHADORES RURAIS

AGRICULTORES AMEAÇAM INVADIR FAZENDA NO RIO

Um ano e meio depois que a Polícia expulsou e prendeu 88 invasores da fazenda São José da Boa Morte, no Município de Cachoeiras de Macacu, a 130 quilômetros do Rio, cerca de 200 agricultores, reunidos em assembleia na semana passada, ameaçam invadir novamente a área, cuja maior parte permanece improdutiva, embora existam na região mais de 2 mil lavradores sem terra, que sobrevivem em condições cada vez mais precárias. Pelo depoimento de alguns desses trabalhadores rurais constatam-se casos de família que chega a se alimentar com ração para porcos porque não têm o que comer. A maioria é empregada dos fazendeiros, ganhando em média de Cr\$ 200 a Cr\$ 300 por dia de trabalho, o que não atinge um salário mínimo por mês. Como ninguém tem carteira assinada, ninguém recebe os benefícios estabelecidos na legislação trabalhista, como o 13º, férias ou assistência médica do INPS. "E os que têm alguma posse ficam nas mãos dos atravessadores que controlam o escoamento da produção. São eles que determinam os preços para os produtos, mal dando para o lavrador pagar o que gastou no plantio e na colheita" - afirma o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, João de Jesus. 2.

sus Pereira. "Neste quadro de extrema pobreza, a revolta cresce dia a dia, e o dever da Igreja é ficar ao lado dos oprimidos", afirma o padre Joaquim Van Leuwen, que já foi preso com os posseiros, no ano passado. (FSP - 20/9/81)

400 FAMÍLIAS EM DESPEJO NO ARAGUAIA

Quatrocentas famílias de posseiros estão sendo expulsas em massa de uma área em litígio com a fazenda Tupa-Ciretan, a 40 quilômetros da localidade de Xinguara, no município de Conceição do Araguaia. Um lavrador de 70 anos, Ângelo Ribeiro da Silva, que correu assustado ao ver o desembarque de soldados da Polícia Militar, foi baleado nas costas e passa mal, no hospital de Xinguara. A informação foi dada ontem pela Regional Norte II da CNBB, que recebeu comunicação da Comissão Pastoral da Terra do Araguaia-Tocantins, através da agente pastoral Ana Maria Guimarães. A informação acrescenta que o despejo está sendo orientado pelo oficial de justiça Maurício de Abreu Castro, que diz ter mandado judicial, mas não o mostra a nenhuma das pessoas interessadas. (JB - 20/9/81)

POSSEIROS DO ARAGUAIA VÃO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

"Não queremos morrer de fome na beira das estradas e cidades; queremos terra garantida para trabalhar e o direito de ser brasileiros", diz o documento entregue ontem ao Ministro da Justiça, por representantes de 68 famílias de posseiros das regiões de Azulona e Gameleira, no Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso. Acompanhados dos Deputados Marcos Cunha (PMDB-PE) e Jorge Viana (PMDB-BA), os representantes dos posseiros, entre eles o tesoureiro do Sindicato Rural, Manoel Ferreira de Souza, receberam do Ministro da Justiça a promessa de que tomaria todas as "providências necessárias" para a legalização da situação. A audiência durou 20 minutos. Os posseiros disseram ao Ministro que chegaram à região em 1959, quando não havia na área "nenhuma fazenda, benfeitoria, estrada ou picada". (JB - 18/9/81)

SINDICATO DENUNCIA INDUSTRIAL

Noventa e cinco famílias de posseiros estão sendo ameaçadas de expulsão dos 300 alqueires que ocupam em Ortigueira, Norte do Paraná, por jagunços contratados pelo industrial Oto Cunha, de Ponta Grossa, Sul do Estado. De acordo com os posseiros, ele diz ser dono dos 1 mil alqueires da Fazenda Cunha, onde a maior parte das famílias ocupa a terra em litígio há mais de 50 anos. A denúncia foi feita pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ortigueira, Benedito Caetano de Oliveira, que há dois anos vem reunindo provas para entrar com pedido de usucapião em nome dos posseiros. Várias queixas-crimes de ameaças e danos materiais, apresentados por posseiros contra jagunços, estão correndo na Justiça de Telêmaco Borba, município vizinho a Ortigueira. Oto Cunha, porém, nega ter recorrido a jagunços e apresenta documentos de posse da área. (JB - 16/9/81)

CONFLITOS PREOCUPAM ADVOGADOS

Cerca de 20 advogados, reunidos ontem em Curitiba, através da Pastoral da Terra e da Comissão de Justiça e Paz, para discutir suas experiências nos movimentos rurais em várias partes do País, chegaram à conclusão de que "jamais, em toda a sua história, se registraram tantos conflitos de terras e com tanta violência no País". O advogado Tomás Miguel Pressburguer, da CPT carioca, com jurisdição também no Araguaia-Tocantins, é coordenador do encontro, lembrou que desde o ano passado já foram assas

~~sinados quatro advogados e 36 líderes rurais ligados à luta pela posse da terra.~~ "A expansão da fronteira agrícola, antes localizada no Sul, e a política de concentração fundiária são os responsáveis principais por esses conflitos, na medida em que se sabe que 11,5 milhões de famílias de lavradores brasileiros não possuem terras ou elas já se encontram insuficientes para seu sustento", justificou o advogado, lembrando que era de se esperar os pronunciamentos contra a posição da Igreja, em defesa de posseiros e pequenos lavradores. "O senador Jarbas Passarinho, exemplificou, é o legítimo representante dos latifundiários na Amazônia. Além disso, há outros interesses, como o Projeto Carajás, em que o Getat pretende entregar algumas áreas para fazendeiros considerados confiáveis pelo regime em termos de segurança nacional". "E o posseiro, acrescentou, não é, para o regime, uma pessoa de confiança." (ESP - 15/9/81)

ÍNDIOS

DEPOIS DE 38 ANOS, SALESIANO CONFESSA VIOLENCIA DE MISSÃO DO ALTO RIO NEGRO

A prostituição das índias Tucano e os castigos impostos pelos salesianos do Alto Rio Negro contra os Tucano, denúncia feita pelo líder dessa comunidade, Alvaro Sampaio, foi confirmada pelo missionário salesiano Eduardo Ligório que trabalhou durante 38 anos na missão do Rio Negro. Disse ele que as índias são levadas para Manaus para trabalharem como empregadas domésticas nas casas dos militares e, posteriormente, não conseguindo sobreviver com os salários pagos, se prostituem. Esses salários, segundo o missionário, "variam de 500 cruzeiros a cinco mil cruzeiros". Trabalhando junto aos Tucano desde 1943 o missionário salesiano informou que ao chegar à missão do Rio Negro, dirigida pelo bispo dom Miguel Alagna, recebeu a orientação de castigar os índios que falassem tucano, "pois eles deveriam falar somente o português. Eu mesmo castiguei muitos índios", disse o padre. O castigo é aplicado nas salas de aula da missão observou. "Eu entregava um anel a todos os alunos que falassem tucano. Na hora do recreio perguntava quem havia recebido o anel e estes, como castigo, ficavam na sala de aula escrevendo cem vezes, "Eu não vou mais falar tucano, só português". Quanto à prostituição, o padre confirmou a denúncia feita informando que as índias se prostituem em Manaus por dois motivos básicos: baixo salário que recebem na casa dos militares e despreparo para viver em cidade grande. Os empregos como doméstica nas casas dos militares são oferecidos pelas Irmãs Salesianas. Os religiosos são ligados à autoridades e não permitem que os índios mais velhos, os pais das índias, fiquem sabendo o que acontece com as filhas. Desabafando, padre Eduardo afirmou que "não se pode carregar, eternamente, a culpa de um erro sem tentar se redimir". Ele mesmo confessa que muitas vezes os índios reclamavam da atitude dos salesianos dizendo: "Vocês, com o desconhecimento da nossa língua e dos nossos costumes, causaram muita tristeza aos nossos pais que morreram em consequência disso", conta ele com a voz triste e completa: "Eu cometi esses erros, se outros cometeram ou cometem, o problema é deles." O índio Alvaro Sampaio, o primeiro a denunciar a prostituição e descaracterização do grupo, imposta pelos salesianos do Rio Negro, não pode voltar para Manaus, onde estuda. Os companheiros de Alvaro, tucanos que moram em Manaus, estão preocupados pois frequentemente são procurados pela Polícia Federal que quer saber do paradeiro do índio. (FSP - 20/9/81)

~~FUNAI OCUPADA POR PARECÍ~~

Um grupo de oito índios parecís, entre eles o líder Daniel Matenho Cabi xi, ocupou ontem, pacificamente, o gabinete do superintendente da Fundação Nacional do Índio, Otávio Lima. Os índios estão em Brasília para resolver o problema da demarcação da Reserva Parecís dos municípios de Tangará da Serra e Diamantino, em Mato Grosso. Sentados no chão, sem qualquer atitude de agressividade, eles tentaram dialogar com o superintendente, que no momento responde pela presidência da Funai. Além da manifestação pacífica, os parecís encaminharam uma carta ao ministro Mário Andreazza, pedindo ajuda. Diz a carta, assinada por oito índios, que essa iniciativa foi tomada "porque já estivemos aqui em Brasília para dialogar sobre nosso problema de demarcação das terras com a Funai mas sempre o que temos ouvido são os berros do coronel Presidente da Funai em total desrespeito às lideranças parecís, uma aldeia que nos manda dialogar como homens educados porém, como humanos, somos também sujeitos à impaciência". Os parecís estão há uma semana em Brasília. Durante todo esse tempo eles tentaram entrar em contato com dirigentes da Funai sem conseguirem uma audiência. Diante disso, a ocupação do gabinete do superintendente foi o último recurso encontrado pelos índios que há mais de cinco anos esperam uma definição para a demarcação da Reserva. (FSP - 17/9/81)

FUNAI NEGA PROTESTO PARECÍ

A Fundação Nacional do Índio distribuiu ontem uma nota informando que o encontro entre o superintendente do órgão e os oito índios representando a comunidade Parecí transcorreu "num clima de cordialidade e respeito mútuo". A nota, entretanto, omite o fato de os índios terem levado suas bordunas e se sentado no chão, protestando porque, durante mais de quatro dias, não conseguiam conversar com os diretores do órgão tutor. (FSP - 18/9/81)

CRENAQUE PERDEM TERRA NA JUSTIÇA

O juiz Leovigildo da Silva Fortes Júnior, da comarca de Resplendor, em Minas Gerais, concedeu ontem medida liminar requerida pelo fazendeiro Balbino Laignier de Lacerda, determinando o afastamento de 30 índios creniques da área de 15 alqueires que recuperaram em maio do ano passado, depois de terem sido transferidos pela Funai, em 1972. Na sentença, o juiz determina que a reintegração de posse seja "feita com o máximo critério, sem uso de qualquer tipo de violência". O afastamento dos índios da área deverá ser feito dentro dos próximos 30 dias, se até lá a liminar não for revogada, como pretende o advogado Hildebrando Pontes Neto, do Grupo de Estudos Sobre a Questão Indígena. A revogação da medida, no entanto, só poderá ser solicitada pela Funai, representante legal dos indígenas. (ESP - 19/9/81)

GUARANI (PARANÁ) PERDEM TERRA NA JUSTIÇA

Em Brasília, o ministro do TFR José Cândido deferiu, ontem, o pedido de interdito proibitório feito pelos índios guaranis, que estão em litígio com a Slaviero e Filhos S/A Indústria e Comércio de Madeira, no Paraná. Os índios reivindicam a posse de uma área de 900 hectares, e são apoiados pela Funai. Os guaranis e coingangues perderam essas terras localizadas nos municípios de Mangueirinha e Chopinzinho em 1949, quando, através de um convênio, a área foi transferida para o domínio do Estado, que, por sua vez, a vendeu a terceiros. (ESP - 19/9/81)

YANOMAMI: 27 MORTOS COM SURTO DE SARAMPO

A Funai iniciou, ontem, a segunda fase da Operação Yanomami, na fronteira do Brasil com a Venezuela onde, há dois meses, irrompeu um surto de sarampo e coqueluche que causou várias mortes entre os índios. O médico Paulo Manoel Vieira, que chefiou uma das equipes da Funai na área, divulgou um relatório informando que morreram ao todo 27 índios durante o surto. O médico, que foi demitido nos últimos dias da Funai, alertou para a necessidade da imediata vacinação das outras comunidades indígenas da área que não foram atendidas durante a primeira fase da vacinação, para que seja evitado um novo surto. (ESP - 19/9/81)

JURUNA FILIA-SE A PDT

O ex-cacique xavante Mário Juruna, do Araguaia, vai-se filiar hoje ao PDT do Rio de Janeiro, em ato solene na sede do Partido, às 7h, com a presença do Sr. Leonel Brizola e de todos os dirigentes regionais. Desligado da chefia de sua tribo, ele explicou aos dirigentes trabalhistas que vai morar no Rio, "para estudar, entrar a fundo no pensamento do branco e defender os índios". O acontecimento, está sendo considerado "histórico" dentro do PDT, por ser a primeira vez que um indígena se inscreve num Partido político brasileiro. (JB - 21/9/81)

SURRA A GAVIÃO DEVERÁ SER APURADA

A Funai de Recife, através de advogado, apresentou queixa à Polícia Federal, na Bahia, para apurar o espancamento do índio Antônio Boaventura, da tribo gavião, por empregados da loja de discos Renovasom, em Salvador, no início de agosto. Além da queixa-crime, a Comissão de Direitos Humanos da OAB-BA designou o advogado Pedro Gervásio para acompanhar o caso. O índio foi espancado com barra de ferro, murros e sofreu um corte na cabeça. Passando pelo Centro da cidade, Antônio Boaventura foi atraído para a loja, onde ficou ouvindo as músicas que eram tocadas. A dona da loja mandou os empregados retirá-lo à força. A Associação Nacional de Apoio ao Índio considerou manifestação de racismo e preconceito e pediu à OAB-BA que examine o enquadramento da proprietária da loja na Lei Afonso Arinos. (JB - 18/9/81)

MOVIMENTOS POPULARES

POVO QUE OCUPOU FAZENDA ITUPU EM SÃO PAULO COBRA PROMESSAS

Carregando faixas e cartazes em que reivindicavam solução para o problema da habitação, em favor de melhores condições de saúde e até criticando o lixo que se acumula nas ruas, cerca de trezentas pessoas, das três mil que invadiram recentemente a fazenda Itupu, do Iapas, concentraram-se ontem cedo, no parque do Ibirapuera, pra "cobrar do prefeito a promessa de ceder uma área municipal para a construção de nossas moradias". A tentativa, porém, foi inútil, pois o prefeito não estava em São Paulo. Os ex-invasores de Itupu, a maior parte mulheres, crianças e idosos, chegaram ao Ibirapuera em quatro ônibus, por volta das 9h30, e concentraram-se diante do gabinete do prefeito, exigindo ser recebidos. Eles estavam acompanhados dos deputados Aurélio Peres e Irma Passoni e do vereador Benedito Cintra. Inicialmente ficaram no pátio de estacionamento, onde gritavam repetidamente "slogans" como "Queremos terra, não queremos guerra" e "Unido, o povo jamais será vencido". (FSP - 19/9/81)

VIGÍLIA CONTINUA EM SÃO BERNARDO (SP)

Cerca de 250 famílias de posseiros permaneciam em vigília, ontem, em São Bernardo do Campo, na localidade denominada Taquacetuba, a 20 quilômetros do Centro da cidade. Os posseiros estão ameaçados de despejo por uma imobiliária que se apresenta como proprietária da área. A Imobiliária Angari, conseguiu uma ação cautelar do Juiz da 2ª Vara Civil, João Gamaliel Correa Costa. Mas não tinha, até ontem à noite, despacho da ação de despejo. Os posseiros, organizados, declararam ontem que estão dispostos a resistir ao despejo, se efetivado. (JB - 16/9/81)

FAVELADOS PREPARAM AÇÃO JUDICIAL

O advogado da Pastoral das Favelas do Rio, Saulo Vassimon - ajudado por estudantes de Arquitetura - distribuiu ontem de manhã um questionário entre os moradores do Morro da Chacrinha, a fim de fixar o valor das indenizações que serão pedidas ao IAPAS, pela derrubada ilegal de barracos. Segundo Vassimon, o questionário vai reconstituir o tempo de moradia no Morro, "para evitar que o IAPAS questione a veracidade da ação". Equipes do Banco da Providência continuam fornecendo alimentos e roupas às 19 famílias alojadas no salão paroquial da Igreja do Sagrado Coração - na Praça Seca. Os desabrigados reclamam que estão sendo forçados a sair à rua, durante todo o dia, "procurando lugar para morar, pois não se pode ficar aqui por muito tempo". "Estão proibidos de falar com jornalistas". (JB - 19/9/81)

MOVIMENTO FAZ CONCENTRAÇÃO DENTRO DE IGREJA NA BAHIA

A concentração do Movimento Contra a Carestia, marcada para o Largo da Lapinha e proibida pelo Governo do Estado, acabou se realizando, ontem, no pátio da Igreja paroquial de São Caetano, bairro da periferia de Salvador, por interferência do Arcebispo-Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela. Apesar do aparato policial, e do clima de tensão entre os participantes, não houve incidentes. Enquanto aproximadamente 100 policiais - soldados do Batalhão de Choque da PM, armados de fuzis e metralhadoras, e agentes da Polícia Civil - cercavam a Igreja paroquial de São Caetano, no seu interior reuniram-se 300 pessoas. Compareceram ao ato público o presidente regional do PMDB, Rômulo Almeida, o presidente do PT, Edval Passos, o Deputado estadual Domingos Leonelli (PMDB) e a presidente do MCC, Jane Vasconcelos. (JB - 21/9/81)

IGREJA

BISPO DIZ QUE A ENCÍCLICA REPRESENTA UM ENSINAMENTO

A nova encíclica do Papa significa, para os brasileiros, "um ensinamento que, em especial, permite rever o caminho do nosso desenvolvimento quanto à ascensão das classes desfavorecidas, seu direito ao trabalho digno e, em particular, ao uso e propriedade da terra", afirmou o secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida. Um dos participantes da reunião do Colégio Episcopal de São Paulo, como Bispo-Auxiliar da Arquidiocese, Dom Luciano destacou que "o acatamento a essa palavra vem alimentar a esperança de uma solução eficaz para estes problemas, por meio de medidas corajosas e estruturais". (JB - 17/9/81)

~~D. ALOÍSIO DIZ QUE PAPA QUER SINDICATOS LIVRES~~

O cardeal-arcebispo de Fortaleza, D. Aloísio Lorscheider, disse ontem, em Fortaleza, que "o sindicato livre que o Papa defende na encíclica é um desses direitos fundamentais que as pessoas têm de se associarem, de se organizarem, e nós não deveríamos ter medo da organização". Dom Aloísio acentuou que "as pessoas organizadas, em geral, reagem de um modo muito racional e equilibrado. Devíamos promover a organização dos próprios operários em seus sindicatos, para que pudessem expressar livremente as suas opiniões. O Papa defende este grande princípio". Para o cardeal de Fortaleza, o direito ao trabalho "é um problema muito sério na nossa situação atual, situação de desemprego. Nós temos de encontrar um modelo social e econômico que realmente faça do homem o centro de tudo, já que ele é quem produz". (FSP - 17/9/81)

LULA COMENTA NOVA ENCÍCLICA DO PAPA

"Esta foi a melhor resposta ao Senador Jarbas Passarinho e a todos que não compreendem o trabalho da Igreja no campo, definindo-o como subversivo. Agora, devem chamar também o Papa de agitador." A declaração é do presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio da Silva, Lula, ao comentar a nova encíclica do Papa João Paulo II. Lula disse que a encíclica esclarece a missão da Igreja em sua opção pelos oprimidos, "dirimindo dúvidas dos que a acusam de estar subvertendo a ordem". Acrescentou que "quando a lei é injusta, eu prefiro a ilegalidade justa", definindo que esta é a opção da Igreja "porque as leis são feitas pelo Estado que, no Brasil não representa o povo, pois não vivemos numa democracia". (JB - 16/9/81)

CARTILHA MUDARÁ, SE MISÉRIA ACABAR

O bispo de Juazeiro (BA), dom José Rodrigues, admitiu uma mudança na linha da cartilha política divulgada por sua diocese. Disse ele que "se a situação de miséria, pobreza e exploração da terra vivida pelo povo se modificar, uma reedição da cartilha mostrará a nova realidade". Ele estranhou a notoriedade atingida por sua cartilha (que mereceu críticas do senador Jarbas Passarinho), dizendo que ela "foi escrita numa linguagem simples, para o povo da minha diocese, cuja única experiência política que tem é do PDS, uma experiência de fome, corrupção administrativa e enriquecimento ilícito". (FSP - 17/9/81)

BISPO ACUSA A CHESF NA CPI SOBRE TERROR

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf - e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf -, foram apontadas pelo bispo de Juazeiro (BA), dom José Rodrigues, como responsáveis pela grilagem de terras no Baixo São Francisco. A acusação foi feita em Brasília durante o depoimento do bispo na CPI do Terror. Em seu depoimento sobre terror e violência no País, o bispo de Juazeiro classificou a "máquina repressiva" e o modelo econômico brasileiro como principais responsáveis pelo recrudescimento da violência. Disse que padres, freiras, religiosos e bispos foram vítimas de "investidas difamatórias", sequestros, expulsões, banimentos, prisões e censuras por apoiarem os pobres. (FSP - 18/9/81)

REGIONAL DA CNBB REPUDIA, NO NORTE, ARBITRARIEDADES

Denunciamos com veemência a prisão arbitrária, pela Polícia Federal, dos posseiros e dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, comprometidos na causa evangelizadora em nome de Jesus Cristo e da Igreja. E

~~repudiamos o modo como vem sendo conduzido o processo contra eles, restringindo-se o contato livre dos inculminados com seus advogados".~~ Estas afirmações estão contidas em documento da recente assembléia anual da Regional Norte 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, divulgado ontem em Manaus, e se referem à detenção de 13 posseiros e dois missionários franceses, em São Geraldo do Araguaia (PA), e agora presos na Polícia Federal em Belém, sob a acusação de participação e incitamento (no caso dos padres) num ataque armado a agentes da PF e do Getat, dia 13 de agosto passado, em São Geraldo. "Diante de todas as represálias e acusações contra a Igreja, particularmente contra as CEBs, e contra as organizações próprias dos trabalhadores, proclamamos o firme propósito de continuar sem medo as opções assumidas por Puebla e pela Igreja do Brasil - conclui o documento. "O testemunho dos nossos irmãos que caminham ao lado do povo em busca de um mundo mais justo e fraterno, nos anima em nossa caminhada." (FSP - 20/9/81)

DOM PAULO INCLUÍDO NA LISTA DO NOBEL DA PAZ

"Eu não costumo aceitar nenhum prêmio, condecorações, medalhas. A única coisa que eu aceito é aquilo que me liga ao povo. O que a gente realmente quer com a vida é a paz. Se isso significar qualquer coisa no sentido de aumentar a possibilidade de paz, a gente embarca." Essas afirmações foram feitas ontem à tarde, na Cúria Metropolitana, pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Evaristo Arns, ao comentar a sua indicação, entre várias outras, ao Prêmio Nobel da Paz deste ano, conforme informação de Oslo. De acordo com o cardeal, "a luta pela paz, neste momento da História, parece a luta que também se trava pelo trabalho" e por projetos-chave "contra o terror, o terror institucionalizado, como em El Salvador, contra os regimes autoritários, contra prisões". "Posso afirmar - disse - que desde que assumimos em 1970, a luta pelos direitos humanos, não houve mais um momento de distinção entre protestantes e católicos, entre gente de esquerda e de direita. Nunca perguntamos que orientação filosófica tinham (...) Não faço isso por tática, mas por convicção. Esta é a nossa missão na Terra: defender a dignidade humana e, com isso, os direitos humanos, entre eles o direito à paz, o direito ao trabalho". (FSP - 18/9/81)

PROGRAMA DA CPT CANCELADO NO RIO

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), Regional do Rio de Janeiro, denunciou que o programa A Voz do Lavrador, que seria apresentado das 6 às 7 horas da manhã pela Rádio América da Guanabara, foi cancelado na véspera da estréia pela direção da rádio, que alegou desconhecer existência de contrato com a CPT. A Comissão Pastoral da Terra afirma que assinou contrato com a rádio dia 18 de agosto passado. A Comissão Pastoral da Terra declara acreditar que "esta atitude visa prejudicar o trabalho que a CPT vem realizando junto aos lavradores". Finaliza dizendo esperar "receber da direção da Rádio América uma explicação que possa ser dada aos lavradores, os quais participaram em todo o processo da elaboração da Voz do Lavrador e precisam entender por que o mesmo não foi ao ar". (JB - 15/9/81)

PAPA DEFENDE DIREITO DO TRABALHADOR À POSSE DA TERRA

"Em certos países em via de desenvolvimento, há milhões de homens obrigados a cultivar as terras de outros e que são explorados pelos latifundiários, sem esperança de chegar à posse nem sequer de um pedaço mínimo de terra."

A questão da terra e o trabalho agrícola são abordadas pelo Papa João Paulo II em sua Encíclica *Laborem Exercens* (Exercendo o Trabalho), distribuída ontem pela CNBB.

Dom Luciano Mendes fez uma rápida leitura do documento de 108 páginas, e sublinhou alguns trechos que considerou "pontos-chaves" - 11 ao todo.

01) Como primeiro ponto, Dom Luciano lembrou que "é missão da Igreja pronunciar-se a respeito do trabalho, do ponto-de-vista do seu valor humano e da ordem moral em que ele se insere. O Papa percorreu o processo de Leão XIII até o dia de hoje".

02) O valor ético do trabalho humano "permanece ligado à realização da pessoa como sujeito consciente e livre". Assim - acentuou - o primeiro fundamento do valor do trabalho é o mesmo homem, "o trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho".

03) "O homem não é instrumento de produção, como indica o capitalismo, mas é sujeito eficiente desta produção".

04) "Para realizar a justiça social no mundo é preciso que haja sempre movimentos novos de solidariedade dos homens do trabalho com os homens de trabalho".

05) O conflito entre o trabalho e capital - terceiro capítulo da *Laborem Exercens* - deve resolver-se à luz do princípio de prioridade do trabalho em confronto com o capital. Enquanto conjunto dos meios, pelos quais o homem se apropria dos recursos da natureza e o transforma, os meios de produção nascem do trabalho do homem. É preciso afirmar, sempre, o primado da pessoa humana.

06) O economismo e o materialismo - outro confronto analisado pelo Papa - excluem a prioridade do homem - sujeito do trabalho humano e como tal "não oferecem condições de resolver o problema do conflito entre trabalho e capital".

07) A tradição cristã nunca defendeu o direito de propriedade como algo absoluto e intocável, mas o entendeu no contexto mais vasto, subordinando-o à destinação universal dos bens, isto é, a propriedade não deve constituir motivo de contraste social no trabalho. Adquire-se pelo trabalho para servir ao trabalho.

08) Um conceito "novo e importante" na Encíclica, assinalado por Dom Luciano Mendes como o oitavo "ponto chave" é o da "responsabilidade do promotor do trabalho indireto, que condiciona o sistema sócio-econômico no qual se insere a oferta de trabalho direto, isto é: o Estado deve conduzir uma justa política de trabalho, em ligação com as demais nações, que evite formas de exploração internas ou externas".

09) O emprego é considerado um problema fundamental, como um direito proveniente da dignidade da pessoa humana. O problema chave da ética social é o problema da justa remuneração do trabalho.

10) No capítulo destinado aos direitos dos homens no trabalho, referindo-se aos sindicatos, a encíclica de João Paulo II afirma "o direito de se associar com a finalidade de defender os interesses vitais em sindicatos, na tutela dos justos direitos. Essas organizações são elementos indispensáveis da vida social".

11) O trabalhador do campo, analisado por João Paulo II no capítulo "dignidade do trabalho agrícola", padece "a sensação de ser socialmente marginalizado". (JB - 15/9/81)